

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. DELEGADO CAVEIRA)

Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime Hediondo

Art. 1º Esta Lei cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime Hediondo, para viabilizar que as empresas concessionárias, permissionárias e autorizatárias prestadoras de serviços de telefonia móvel divulguem, por meio de disparo de mensagens, fotos e dados identificadores de presos foragidos incluídos no referido cadastro.

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes artigos à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990:

“Art. 3º-A Fica criado, no âmbito da União, o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime Hediondo, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - características físicas e dados de identificação datiloscópica;

II - identificação do perfil genético;

III - fotos;

IV - local de moradia e atividade laboral desenvolvida, nos últimos 3 (três) anos, nas hipóteses de progressão para regime aberto e de livramento condicional.

§ 1º Instrumento de cooperação celebrado entre a União e os entes federados definirá:

I - o acesso às informações constantes da base de dados do Cadastro de que trata este artigo;

II - as responsabilidades pelo processo de atualização e de validação dos dados inseridos na base de dados do Cadastro de que trata este artigo.



§ 2º Os custos relativos ao desenvolvimento, à instalação e à manutenção da base de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime Hediondo serão suportados por recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

§ 3º As empresas concessionárias, permissionárias e autorizatárias prestadoras de serviços de telefonia móvel ficam obrigadas a divulgar, nos termos de comunicado previamente recebido do poder público:

I - fotos e dados identificadores de presos foragidos incluídos no Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime Hediondo;

II - fotos e dados identificadores de presos foragidos condenados por outros crimes que não os definidos nesta Lei, se de grande repercussão nacional, a critério do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - notícia de retorno a estabelecimento prisional de preso mencionado nos incisos anteriores.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Mesmo após sucessivas reformas legislativas, ainda são relativamente comuns os casos de presos foragidos durante saída temporária ou outros benefícios penitenciários. Notícia do início de 2024, por exemplo, dá conta de que mais de 150 detentos não retornaram a presídios em Campinas e Hortolândia, no Estado de São Paulo, depois de contemplados por benesses no Natal e Ano Novo de 2023¹. Pior: devido a prováveis vulnerabilidades de segurança penitenciária, essa situação ainda é uma realidade mesmo para

¹ CBN Campinas. **Campinas e Hortolândia têm 163 foragidos após 'saidinha' de fim de ano**. 7 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://portalcbnbcampinas.com.br/2024/01/campinas-e-hortolandia-tem-163-foragidos-apos-saidinha-de-fim-de-ano/>>. Acesso em: 30 set. 2024.



condenados por crime hediondo, apesar de lei de 2024 ter revogado o direito à saída temporária para os perpetradores desses delitos².

A sociedade não pode assistir passivamente a fugas do tipo, sentindo-se acuada, sem chance de contribuir para a recaptura de presos perigosos. A segurança pública é “responsabilidade de todos”, no dizer da Constituição Federal de 1988. É exatamente este o propósito deste Projeto de Lei (PL): permitir ao cidadão comum, com o auxílio da tecnologia da informação e comunicação, identificar um detento fugitivo e, desse modo, cooperar com as autoridades policiais em favor da restauração da ordem pública.

A presente proposta legislativa centra-se em presos condenados por crime hediondo (inciso I do § 3º do art. 3º-A aduzido à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990) ou, a critério do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por outros fatos de grande repercussão nacional (inciso II). A intenção é agilizar o retorno ao presídio daqueles criminosos que representem maior periculosidade para a população, ou sujeitos a maior reprovação social.

O *caput* do art. 3º-A ora sugerido visa colmatar provável lacuna nas bases de dados do sistema prisional brasileiro, ao determinar, como premissa necessária ao dever de informar a comunidade sobre foragidos especialmente nocivos, a criação de Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime Hediondo. Adota-se a mesma redação do PL 1.099/2024, que institui Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher e aguarda apreciação do Senado Federal³. Ademais, a fim de prontamente reduzir o alarde público após a recaptura de um fugitivo, bem como para proporcionar a esse último oportunidade para melhorar seu comportamento, o inciso III do § 3º do art. 3º-A comanda a divulgação do retorno do preso ao estabelecimento penitenciário, tão logo ocorra.

Dota-se o PL ora apresentado de cláusula de *vacatio legis* de 90 dias, tempo que julgamos suficiente para o desenvolvimento do cadastro

² ABORDAGEM Notícias. **Preso por crime hediondo em Assis foge da cadeia em Presidente Venceslau.** 5 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://www.abordagemnoticias.com/noticia/10430/preso-por-crime-hediondo-em-assis-foge-da-cadeia-em-presidente-venceslau>>. Acesso em: 30 set. 2024.

³ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2424751>>. Acesso em: 30 set. 2024.



mencionado e para a adaptação das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas prestadoras de serviços de telefonia móvel, as quais passarão a receber comunicado do poder público.

Não cabe argumentar que a atual proposta legislativa seria inconstitucional por ferir o direito à imagem do detento. Afinal, embora a CF/1988 garanta essa proteção em seu art. 5º (inciso X, c/c XLIX), também a segurança pública se reveste de *status* constitucional (art. 144 da CF/1988), assim como o acesso à informação (inciso XXXIII do art. 5º). Trata-se de evidente colisão de interesses fundamentais, a ensejar a aplicação do princípio da ponderação.

A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 e que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, só pune a difusão de foto de preso se realizada em prejuízo de outrem, em benefício próprio, ou por capricho pessoal (§ 1º do art. 1º)⁴. A exibição do corpo do detento à curiosidade pública somente é típica se praticada com violência, grave ameaça ou redução de resistência (art. 13)⁵. Outrossim, esclareça-se que curiosidade pública não se confunde com interesse público. Não se cuida aqui de “entregar o sujeito a sanha popular de saber quem ele é e o que ele fez”⁶, mas sim de noticiar à sociedade fato relevante para assegurar sua incolumidade, e em nome da segurança pública.

O art. 20 do Código Civil de 2002, quando exige o consentimento de uma pessoa para a exposição de sua imagem, traz exceção para atender à administração da justiça, ou por questão de ordem pública. A brilhante civilista Maria Helena Diniz, ao discorrer sobre essa norma, explica que ela incide justamente na hipótese de um procurado pela polícia, ou para identificação de delinquente⁷. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou

⁴ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/2747473431>>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁵ COSTA, Adriano Sousa; FONTES, Eduardo; HOFFMAN, Henrique. Abuso de autoridade: constranger preso a vexame, a mostrar corpo ou a produzir prova. **Consultor Jurídico**, 18 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-ago-18/academia-policia-constranger-preso-exibir-corpo-vexame-ou-produzir-prova-gerar-abuso-autoridade/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁶ LOPES, Larissa. É permitida a divulgação, pelos órgãos de segurança pública, de imagens de presos ou de pessoas investigadas? **Jusbrasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/e-permitida-a-divulgacao-pelos-orgaos-de-seguranca-publica-de-imagens-de-presos-ou-de-pessoas-investigadas/1670115036>>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁷ *Apud* LEITÃO JÚNIOR, Joaquim; OLIVEIRA, Marcel Gomes de. A possibilidade de divulgação das imagens de presos ou de pessoas investigadas pelos órgãos de segurança pública. **Meu-site-jurídico**, 12 de maio de 2020. Disponível em:



Lei Geral de Proteção de Dados, viabiliza a disseminação de dado pessoal sem prévio consentimento, se isso favorecer a proteção do interesse público e geral preponderante (inciso V do § 3º do art. 4º).

Dessa maneira, a melhor doutrina leciona que é “fato atípico a divulgação do preso buscando a eficiência da segurança pública, para... capturar evadido com mandado de prisão em aberto”⁸. Não por acaso o Ministério Público do Rio Grande do Sul publicou, em 4 de março de 2020, orientação acerca da citada Lei de Abuso de Autoridade, cujo Enunciado n. 4 aponta: “Não constitui crime de abuso de autoridade a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa se necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, conforme o art. 20 do Código Civil de 2002”⁹.

Com efeito, cotidianamente o disque-denúncia veicula fotos de foragidos, em atenção ao interesse público ou à manutenção da ordem pública. O que este PL pretende é amplificar o alcance desse esforço de informação, ao valer-se da capilaridade das operadoras de telefonia móvel. Uma pesquisa rápida e superficial na internet é o bastante para comprovar a prevalência do celular como meio preferencial do brasileiro para informar-se, em comparação com a TV¹⁰. Sondagem publicada em agosto de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que a tecnologia mais citada para uso de internet, na população com 10 anos de idade ou mais, foi o celular (98,8%), seguido da televisão (49,8%)¹¹. Ora, aproveitar esse vasto nível de acesso só tende a fortalecer a segurança pública nacional.

Ressalte-se que, no Brasil, malgrado seja limitado o suporte para envio de imagens em mensagens SMS (Short Message Service), desde

<<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2020/05/12/possibilidade-de-divulgacao-das-imagens-de-presos-ou-de-pessoas-investigadas-pelos-orgaos-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁸ COSTA, Adriano Sousa; FONTES, Eduardo; HOFFMAN, Henrique. *Op. cit.*

⁹ Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/50752/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

¹⁰ UOL. **IBGE revela que Brasil tem 163,8 milhões de pessoas com aparelho de telefone celular**. 16 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2024/08/16/ibge-revela-que-brasil-tem-1638-milhoes-de-pessoas-com-aparelho-de-telefone-celular.htm>>. Acesso em: 30 set. 2024.

¹¹ MOURA, Bruno de Freitas. **Uso de internet no país cresce mais entre idosos, mostra IBGE**. Agência Brasil, 16 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/uso-de-internet-no-pais-cresce-mais-entre-idosos-mostra-ibge#:~:text=O%20meio%20mais%20citado%20para,prefer%C3%A2ncia%20no%20acesso%20%C3%A0%20internet>>. Acesso em: 30 set. 2024.



2019 as principais empresas de telefonia do País, como Claro, Vivo, Oi e Tim, já utilizam uma alternativa mais moderna e robusta chamada RCS (Rich Communication Services), que possibilita a difusão de imagens, vídeos, áudios e arquivos, por Wi-Fi ou dados móveis¹².

Por todo o exposto, exorto os nobres Pares a apoiarem este PL.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado DELEGADO CAVEIRA

2024-13180

¹² NOGUEIRA, Luiz. Google, Claro, Oi, TIM e Vivo anunciam lançamento do RBM no Brasil. **Olhar Digital**, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2020/08/20/noticias/google-claro-oi-tim-e-vivo-anunciam-lancamento-do-rbm-no-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2024. “Hoje, a RCS está disponível nas 4 operadoras do país e conta com uma base ativa relevante com milhões de usuários, que cresce a cada dia com o apoio da indústria.” (TELESÍNTese. Google, Claro, Oi, TIM e Vivo lançam Rich Business Messaging no Brasil. 19 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://telesintese.com.br/google-claro-oi-tim-e-vivo-lancam-rich-business-messaging-no-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2024.)

